

PROCESSO - A. I. Nº 269194.0015/17-2
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - ROBERT BOSCH LIMITADA
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 1ª JJF nº 0053-01/19
ORIGEM - IFEP INDÚSTRIA
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 20/11/2019

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO C/JF Nº 0335-12/19

EMENTA: ICMS. IMPORTAÇÃO. RECOLHIMENTO A MENOS. A Junta converteu o processo em diligência para que fossem acostadas as Declarações de Importação, de nacionalização, e os comprovantes de pagamento, tendo sido reconhecidas as provas apresentadas pelo próprio autuante, conforme fls. 3.208/3.210. Foi atestado que as importações tiveram o ICMS pago, com a inclusão na base de cálculo do Imposto de Importação, IPI, COFINS. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata o presente de Recurso de Ofício, decorrente de processo administrativo fiscal em que o lançamento foi julgado improcedente na primeira instância deste Conselho, conforme voto recorrido de ofício, às fls. 3.216/3.222. O Auto de Infração, lavrado em 13/03/2017 referente aos exercícios de 2015 e 2016, com única infração, foi descrita nos seguintes termos:

Infração 01 – 12.02.01

Deixou de recolher o ICMS devido pelas importações tributadas realizadas pelo estabelecimento.

Em julgamento realizado em 15/04/2019, a 1ª JJF votou, em decisão unânime, pela Improcedência, conforme argumentos abaixo, extraídos do voto recorrido:

VOTO

Inicialmente, verifiquei que foram observados todos os requisitos que compõem o Auto de Infração, previstos no art. 39 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF), Decreto nº 7.629/99.

O presente Auto de Infração, trata da exigência de ICMS decorrente de suposta falta de recolhimento do ICMS devido na importação de mercadorias.

A importação das mercadorias se deu pelo Regime Aduaneiro Especial de Entrepasto Industrial, sob Controle Aduaneiro Informatizado (“RECOF”). Ficou comprovado que o autuado recolheu o ICMS incidente na importação, por ocasião da emissão da DI de Admissão, de modo que, quando da emissão da DI de nacionalização, todo o ICMS já havia sido pago, conforme correlação entre as DIs, com os respectivos comprovantes de recolhimento do imposto, atestado pelo autuante quando da emissão da última informação fiscal (fls. 3.208 a 3.210).

Desse modo, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração, ficando prejudicada qualquer análise das arguições de nulidade suscitadas pelo autuado.

A JJF recorreu de ofício da presente decisão para uma das Câmaras de Julgamento Fiscal do CONSEF, nos termos do art. 169, I, “a” do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 18.558/18, com efeitos a partir de 18/08/18.

O conselheiro Henrique Silva de Oliveira declarou-se impedido de votar no julgamento.

VOTO

Trata-se de lançamento de ofício, decorrente de suposta falta de pagamento do ICMS IMPORTAÇÃO, em empresa beneficiária do Regime Aduaneiro Especial de Entrepasto Industrial –

RECOF, onde há suspensão de tributos federais e, neste caso, há redução substancial do ICMS por conta da não inclusão, destes tributos suspensos, na base de cálculo do ICMS IMPORTAÇÃO.

Contudo, a empresa sustentou que, exatamente para não ser autuada, como já sucedeu em outras oportunidades, optou nestes exercícios, por pagar o ICMS, sem considerar a suspensão dos impostos, de forma a afastar a necessidade de complementação do pagamento em caso de nacionalização das mercadorias importadas.

A Junta converteu o processo em diligência para que fossem acostadas as Declarações de Importação, de nacionalização, e os comprovantes de pagamento, tendo sido reconhecidas as provas apresentadas pelo próprio autuante, conforme fls. 3.208/210. Foi atestado que as importações tiveram o ICMS pago, com a inclusão, na base de cálculo, do Imposto de Importação, IPI, COFINS.

De fato, constata-se que foi apresentada vasta quantidade de provas, atestando o pagamento do imposto de importação, de forma que não há reparos a fazer à decisão de primo grau.

Face ao exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício interposto e manter a Decisão recorrida que julgou **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **269194.0015/17-2**, lavrado contra **ROBERT BOSCH LIMITADA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 11 de novembro de 2019.

MAURÍCIO SOUZA PASSOS – PRESIDENTE

ILDEMAR JOSÉ LANDIN – RELATOR

ÂNGELI MARIA GUIMARÃES FEITOSA - REPR. DA PGE/PROFIS